

Extrativismo vegetal na Amazônia

história, ecologia,
economia e domesticação

...vere
...sa, jabo
...lorestais), e:
...ção para as gusúria,
...pu
...xtrativ
...aspectos,
...metano... trabalhos resultantes de pesquisa
...nos 20 anos, que sofreram adaptações, tendo sido publicados nas séries da Revista Amazônia: Ciência e Desenvolvimento, Revista Ciência Hoje, Revista Estudos Avançados, Anais dos Encontros de Extração e Sociologia Rural (Sobrer), Encontros da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (Ecoeco) e outros eventos em Amazônia e seminários diversos. Apresentamos o artigo que foi conhecido ao longo do tempo por meio dos cursos de Pós-graduação em Tecnologia Agropecuária para o Brasil (Prodebr) do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, além do curso de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) da Universidade Federal do Brasil, da Amazônia.
...se com relação ao extrativismo vegetal pós-arranque de Chico Mendes (1946-1983), envolvendo as políticas de Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation (REDD), dos programas federais e estaduais do governo brasileiro e organizações não governamentais, que o colocam como cerne da discussão para a redução de emissões de gases de efeito estufa e promoção de cadeias produtivas de produtos dispersos em pequenas propriedades, sem economia de escala, com falta de infraestrutura, baixa produtividade da terra e da mão de obra, perecibilidade e baixo valor dos produtos, além de programas sociais como Bolsa Família. A separação em produtos florestais madeireiros e não madeireiros como concepção traduz a falsa ilusão de que produtos não madeireiros são sustentáveis por definição. A sustentabilidade econômica versus sustentabilidade ambiental dependerá da taxa de extração, nem sempre a sustentabilidade biológica garante a sustentabilidade econômica, pois há diferença do ponto de vista econômico com relação a essa separação. A designação de produtos tradicionais, por si só, não garante a sustentabilidade econômica dos produtos extrativos da Amazônia, considerando os inexistentes, porém necessários, programas de desenvolvimento econômico e social em áreas rurais e comunidades tradicionais da Amazônia, como já ocorreu com o jambu, o guaranazeiro e o açaí.
...para garantir a geração de renda e a sustentabilidade econômica das famílias produtoras, é necessário garantir a preservação dos estoques reprodutivos e a sustentabilidade do ecossistema florestal, que foi a seringueira, efetuada com o cultivo em parceria com a seringueira, a castanha e o cupuaçu, o que não garante a sustentabilidade econômica dos produtores.
...o equivoco

Alfredo Kingo Oyama Homma
Editor Técnico



Extrativismo história, ecologia, economia e domesticação

Vegetal na Amazônia

...sa, jabo
lorestais), e
para as guseira,

pu
xtrativ
aspectos.

metânc. trabalhos resultantes de pesq
nos 20 anos, que sofreram adaptação, tendo sido publicados nas séries da
Revista Amazônia: Ciência e Desenvolvimento, Revista Ciência Hoje, Revista Estudos Avançados, Anais dos
Congressos de Sociologia Rural (Sober), Encontros da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (Ecoeco)
e seminários diversos. Apresentamos o texto que foi concebido no longo do tempo por meio de cursos, artigos
e tecnologia Agropecuária para o Brasil (ProCota) do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará e
Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, especialmente, do Brasil, da Amazônia.
Assim, em relação ao extrativismo vegetal pós-anos de Chico Mendes (1986-1988), envolvendo as poli-
ticas de Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation (REDD), dos programas federais de desenvolvimento do governo brasileiro
organizações não governamentais, que o colocam como cerne de discussão para a redução
de impactos e queimadas, para a geração de emprego e renda e como modelo de desenvolvimento adequado para a região amazônica.
Um desafio é promover o desenvolvimento de cadeias produtivas de produtos dispersos em pecu-
ariedades, sem economia de escala, com falta de infraestrutura, baixa produtividade da terra e da mão de obra, perecibilidade e baixo valor dos pro-
gramas sociais como Bolsa Família. A separação em produtos florestais madeireiros e não madeireiros como concepção traduz a falsa ilusão d
de sustentáveis por definição. A sustentabilidade econômica versus t
depende da taxa de extração: nem sempre a sustentabilidade biológica garante a sustentabil-
idade econômica com relação a essa separação. A designação de produtos tradicionais, por si só, não é

Amazônia
resistência amazônica
cuzenro

para garantir a geração de re
garantir a preservação dos estoques rer
tropical, que foi a seringueira, efetuada
com a seringueira, a castani
o equivoc

Alfredo Kingo Oyama Homma
Editor Técnico

Cap. 26

*Terezinha Cavalcante Feitosa
Antônio José Elias Amorim de Menezes
Alfredo Kingo Oyama Homma*

A importância do extrativismo do pequi na economia doméstica entre os agricultores do Sudeste Paraense¹

Introdução

A ocupação do Sudeste Paraense iniciou-se a partir do final do século 19 por religiosos franceses que já faziam expedições nessa área com a finalidade converter as tribos indígenas ao cristianismo. Como a região era basicamente ocupada por tribos indígenas, poucas eram as comunidades de homens brancos existentes na área. Essas comunidades se resumiam em fazendas, com enormes áreas de terra, quase impossível de se saber onde era o limite, e com poucas cabeças de gado, sendo este criado de forma extensiva, posto que a região é constituída de uma imensa área de campo natural e cerrado.

Uma das grandes dificuldades encontradas por parte dos seus habitantes naquela época era a falta de estradas. As viagens em terra firme eram realizadas no lombo de animais (cavalo, burro, jumento). O acesso até a capital Belém só era possível por meio de barcos e as viagens duravam muitos dias, em virtude disso, as pequenas aglomerações de pessoas fixavam-se às margens dos rios Araguaia e Tocantins, sendo estes de fato verdadeiras estradas naturais, propiciando o caminhar aventureiro que firmava pouco a pouco as pessoas no interior do Pará (ACEVEDO MARIN, 1985).

O produto que apresentava maior importância econômica era a borracha retirada do caucho² existente na área. Além disso, crescia de forma acelerada em Belém a demanda da borracha para exportar. Por se tratar de uma área pouco povoada, as relações comerciais também eram realizadas praticamente na base da troca, posto que a presença humana ainda era restrita e as atividades econômicas resumiam-se ao extrativismo.

¹ Feitosa et al. (2005).

² O caucho é um tipo de árvore que produz látex e exige a sua derrubada para a retirada do látex, levando ao seu aniquilamento.

Um dos grandes desafios das expedições religiosas colonizadoras, segundo Ianni (1978), era encontrar um lugar adequado para fundar um povoado em terra firme, posto que as inundações eram constantes, principalmente as inundações decenais, que arrasavam tudo que os ribeirinhos tinham construído. Tratava-se, pois, de procurar um lugar seguro para cristãos ou “civilizados” e melhor para o pastoreio do gado. Todas as aldeias indígenas e núcleos de homens brancos foram convencidos pelo frei Gil de Vila Nova que deveriam se reunir em um só lugar, a fim de ficarem protegidos das enchentes e dos perigos da floresta. Assim, segundo Ianni (1978), surge o núcleo de Conceição do Araguaia, unindo índios e cristãos sob a direção espiritual de religiosos dominicanos que em 14 de abril de 1897, dia de quarta-feira de cinzas, o frei Gil de Vila Nova, renovando os gestos históricos de frei Henrique de Coimbra no momento do descobrimento do Brasil, celebrou o santo sacrifício debaixo de um frondoso pé de pequi³ e batizou o lugar de Conceição do Araguaia, em homenagem à Virgem Imaculada.

Ali, ao mesmo tempo em que se cristianizava o índio, cristianizava-se a natureza, que era transformada em elemento da sociedade, em condição e produto das relações sociais e da economia política do lugar. Era a busca de drogas do sertão: látex, animais, peixes, lenha, madeira, raízes e frutos. Estava em curso a apropriação da natureza – matas, águas, terras – e a vida econômica do lugar começava a ser dominada pela borracha. Eram centenas de aventureiros que, atraídos pelo caucho, afluíam de todos os recantos do Brasil e mesmo dos países estrangeiros (IANNI, 1978).

Percebe-se que todas as atividades extrativistas caminharam para o desaparecimento (borracha e castanha-do-pará), seguindo-se da extração madeireira em grande escala, sendo substituídas principalmente pelas grandes fazendas de gado e, na década de 1990, pelos plantios de abacaxi e, recentemente, pela entrada da soja. Os problemas e as mazelas do ciclo que se encerrava eram transferidos para o ciclo seguinte.

Embora as atividades econômicas iniciais fossem voltadas para o extrativismo, em nenhum momento Ianni (1978) faz referência às variedades de frutos de época (buriti, murici, bacuri, pequi, ingá, cajuí, bacaba, entre outros), comuns nas áreas de campos e cerrados, que possuía esse imenso território. Isso significa dizer que esses frutos não tinham significação econômica para a população local.

Sabe-se, no entanto, que mesmo esses frutos não estando inseridos na economia de mercado possuem um valor econômico de grande relevância, posto que contribuem para a alimentação da maioria das

³ O pequi pertence à família Caryocaraceae, de nome científico *Caryocar brasiliense* Camb., sua ocorrência está associada aos seguintes tipos de vegetação: Campo, Cerrado, Cerradão e Mata Calcárea e em “murundus”.

famílias de agricultores. Atualmente, o Sudeste Paraense está repleto de grandes fazendas, mesmo assim, ainda é muito forte a presença de pequizeiros em alguns municípios, entre eles Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Conceição do Araguaia e Floresta do Araguaia, por se tratar de imensas áreas de cerrado, tipo de solo propício para essa vegetação.

Este trabalho tem por objetivo analisar a importância do pequi para a economia doméstica na agricultura familiar no Município de Santa Maria das Barreiras, mesorregião do Sudeste Paraense, posto que muitas famílias consomem o fruto in natura ou beneficiado de diversas formas tais como: culinária, saúde, higiene e limpeza. Além disso, as pesquisas científicas em torno desse fruto ainda são muito tímidas, embora em algumas regiões do País as comunidades rurais utilizem desde os tempos mais remotos. No Sudeste Paraense, não se sabe exatamente a quantidade de pequi que é produzida, consumida ou desperdiçada por safra a cada ano, por ser um “produto invisível” não contabilizado nas estatísticas oficiais. Daí a necessidade de se fazer uma análise de sua importância na economia doméstica, bem como fomentar o debate em torno das pesquisas sobre a utilização do fruto e sua preservação.

Metodologia

Para a realização deste trabalho, o primeiro contato foi com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que faz acompanhamento técnico entre os pequenos agricultores de alguns municípios do Sudeste Paraense. A indicação para que a pesquisa fosse realizada no Município de Santa Maria das Barreiras deu-se em virtude de esse município possuir um grande número de unidades produtivas que possuem pequizeiros e também da preocupação dos técnicos com a entrada da soja na região. Estes temem que os pequenos produtores vendam suas terras para os grandes fazendeiros. A CPT, além de fornecer apoio logístico, foi também a intermediária nos contatos com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos presidentes de Associações de Produtores.

A coleta dos dados da pesquisa foi realizada por uma equipe de dois entrevistadores. O questionário era composto de perguntas abertas e fechadas, procurando seguir os critérios de uma linguagem praticamente regional, cujo objetivo era fazer com que o entrevistado pudesse sentir-se à vontade para dar o maior número de informações possíveis, permitindo assim alcançar os objetivos da pesquisa. Nesse modelo de entrevista, o papel do pesquisador no decorrer da entrevista se limita ao recolhimento da informação, à estimulação da comunicação e a manter o fluxo de informações sobre as variáveis estudadas (CONTANDRIOPOULOS et al., 1994).

As variáveis selecionadas para esta pesquisa foram referentes a: trajetória do produtor ocupante, situação fundiária e uso da terra, sistema de produção, mão de obra utilizada na unidade produtiva, existência de pequiheiro no lote, tipo de colheita e armazenamento do pequi, aumento ou diminuição nos últimos anos, forma de comercialização, forma de consumo pela família, início e fim da colheita do pequi, etc. O período das entrevistas no Município de Santa Maria das Barreiras foi realizado entre os dias 15 e 19 de dezembro de 2004, na comunidade de Nova Esperança e São João Batista. Como se trata de pequenas vilas, todas as entrevistas foram realizadas na residência dos entrevistados e pode-se perceber que a maioria das famílias não mora nos lotes, em virtude de estes ficarem próximos das vilas, facilitando assim nossa viagem e aplicação dos questionários.

Na comunidade de Nova Esperança, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais acompanhou à residência de alguns produtores para a realização de algumas entrevistas. Na comunidade São João Batista, o apoio da presidente da Associação Santa Rosa, fundada recentemente com o objetivo de obter financiamento do governo federal, facilitou as entrevistas com os produtores. Essa associação possui 67 associados e destes foram entrevistados 25%. Ao todo foram entrevistadas 19 famílias de pequenos agricultores, entre estas apenas duas utilizam o fruto como fonte de renda, uma delas vende na feira do Município de Redenção e a outra vende por encomenda os derivados do pequi, utilizando-se de técnicas artesanais para produção.

Dessa forma, para fazer uma análise da importância do produto na economia doméstica, foi necessário estimar a renda dos produtores, somente entre aqueles que utilizam o pequi como fonte de renda, não sendo possível abstrair a média entre os 19 produtores entrevistados. Procurou-se utilizar a renda líquida de cada um. Caso contrário, não se chegaria ao objetivo a que este trabalho se propõe: a importância do pequi na economia doméstica, visando despertar o interesse dos pequenos produtores para mais essa fonte de renda que pode ser bastante lucrativa na região e preservar a espécie que está sendo ameaçada tanto pelas fazendas de abacaxi quanto pela entrada da soja.

Contexto histórico de Santa Maria das Barreiras

O Município de Santa Maria das Barreiras já pertenceu aos municípios de Conceição de Araguaia e Santana do Araguaia. Da década de 1930 até a década de 1960, era distrito de Conceição do Araguaia, permanecendo nessa condição até ser criado o Município de Santana do Araguaia. A área de Santa Maria foi anexada ao território de Santana e ao mesmo tempo ganhava o status de cidade-sede, mudando o nome para Santana do Araguaia. Em 1980, após terem passado por

uma grande enchente que destruiu praticamente tudo o que havia sido construído e temendo novas enchentes, a sede da prefeitura foi transferida para a comunidade de Campo Alegre, tendo sido elevada à condição de distrito por meio do Decreto-Lei 5.171, e recebendo a denominação de Santa Maria das Barreiras (Sudeste do Pará hoje, 1995). Na Figura 1 pode ser visualizado o Município de Santa Maria das Barreiras.

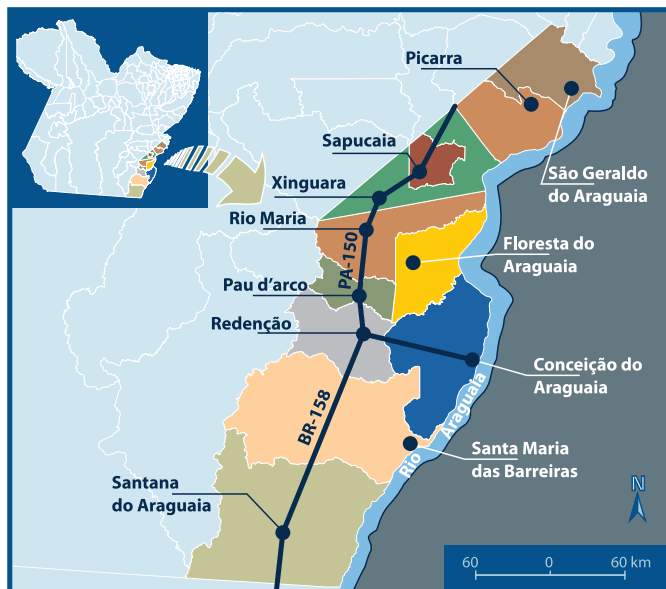


Figura 1. Localização do Município de Santa Maria das Barreiras, como parte dos municípios do Sudeste Paraense.

Fonte: Terezinha Cavalcante Feitosa.

Assim, Santa Maria das Barreiras recuperou seu nome de origem e voltou a ser distrito de Santana do Araguaia. A destruição da cidade provocada pelas enchentes do Rio Araguaia e a longa distância do novo centro administrativo trouxeram uma série de transtornos à população local, cujo resultado foi a emancipação política por meio de um plebiscito realizado em 1º de maio de 1988, no qual a população exigia que o Distrito de Santa Maria das Barreiras fosse desmembrado de Santana. Santa Maria das Barreiras foi então elevada à categoria de cidade por meio da lei de criação 5.451 de 10 de maio de 1988, publicada no Diário Oficial em 12 de maio de 1988, com uma área de 10.205,98 km² localizada no Sudeste Paraense. Faz parte da microrregião de Conceição do Araguaia, limitando-se ao norte com Redenção, ao sul com Santana do Araguaia, a leste com Conceição do Araguaia e o Estado de Tocantins e a oeste com Cumaru do Norte, sendo distante de Belém 1.230 km. Santa Maria das Barreiras possui uma população de 11.163 habitantes, com várias comunidades rurais, algumas com o número de habitantes superior ao da sede do município, podendo ser caracterizada como uma população tipicamente rural, posto que 87,28% de seus habitantes

estão na zona rural e apenas 12,82% moram na sede do município, como pode ser confirmado com os dados do Censo Demográfico 2000 (CENSO DEMOGRÁFICO, 2000).

Resultado e discussão

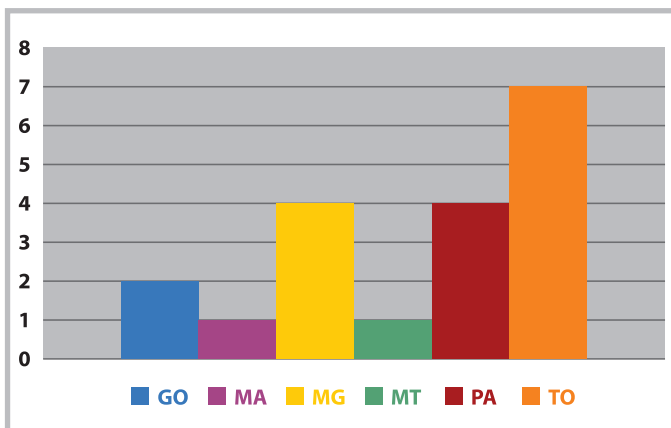
Caracterização dos agricultores entrevistados no Município de Santa Maria das Barreiras

Os resultados desta pesquisa baseiam-se no levantamento das atividades econômicas de 19 unidades produtivas, entre produtores das comunidades de Nova Esperança e São João Batista, no Município de Santa Maria das Barreiras. Na pesquisa, a prioridade foi analisar os dados referentes à utilização do pequi na economia doméstica, tendo sido também analisada a prática dos pequenos produtores na utilização do fruto e no seu armazenamento.

Trajétória e origem e dos produtores

No que se refere à trajetória e à origem dos pequenos produtores entrevistados, pode-se perceber que a maioria deles é do Estado Tocantins (36,84%), seguido dos estados de Minas Gerais e do Pará (Figura 2). Outros estados como Maranhão e Goiás representam juntos apenas 15% do total. De maneira surpreendente, o estado que menos contribuiu no processo migratório foi o Maranhão. Embora ao se fazer uma análise mais minuciosa os produtores de origem tocantinenses sejam na verdade de origem nordestina. É importante observar que mesmo entre aqueles que são paraenses suas origens são de imigrantes do Sul e Sudeste do Brasil e nasceram em meio às lutas e conflitos pela posse da terra.

Figura 2. Estado de origem dos pequenos produtores entrevistados no Município de Santa Maria das Barreiras no Sudeste Paraense.



A trajetória desses produtores tem bastante semelhança. Muitos produtores contam suas aventuras ao deixarem suas origens em busca de uma “nova terra”. Alguns, ao relatarem suas experiências, demonstram um saudosismo com sabor de vitória, e não são poucas as vezes que fazem referência a Padre Chico⁴, cujo nome é bastante respatado entre os produtores mais idosos, que fazem questão de contar toda a história de conquista da terra. Outros adquiriram a terra pelo Instituto de Terras do Estado do Pará (Iterpa) e, nesse contexto de lutas pela terra, resistindo ao latifúndio, construíram suas vidas nessa comunidade, onde as relações de parentescos e amizade foram fortalecidas entre os pequenos produtores pelas lutas comuns existentes entre eles.

O tamanho das propriedades foge dos padrões atuais dos assentamentos do Incra, cujo tamanho está entre 38,4 ha a 48 ha. O lote desses pequenos produtores é na sua maioria acima de 96 ha. É evidente que muitos produtores venderam parte de suas terras e outros anexaram terra a seu lote original, alguns se transformando em pequenas fazendas. Cerca de 5,26% dos pequenos produtores são os primeiros ocupantes, o que caracteriza a mesma dinâmica de outros assentamentos nos quais o produtor, após a destruição dos recursos naturais e a derrubada de toda a floresta, seja na implantação de pastagem ou em outra atividade agrícola, vende o lote e sai em busca de outra terra ou procura comprar a do vizinho. Nesse aspecto, Homma et al. (2001a) afirmam que a incorporação de lotes de assentados desistentes pelos novos assentados externos constitui uma característica dos Projetos de Assentamentos do Sudeste Paraense. Os colonos apresentam a capacidade de prever a crise que se aproxima, escolhendo novas alternativas, que podem ser a repetição do processo mais adiante, o deslocamento em direção às cidades e a sobrevivência com a venda da força de trabalho.

A maneira de tratar a terra tem a ver com a intenção de permanência do pequeno produtor. A necessidade da terra o leva a uma forma de utilização, ou pelo menos levanta a preocupação de conservar o recurso natural da melhor maneira. Não degradar, tratar bem a terra é um ajuste com necessidade de quem quer ficar na terra (GUERRA, 2001). Essa característica é observada entre os produtores de Santa Maria das Barreiras, que se esforçam no manejo mesmo rudimentar da propriedade.

Entre os produtores entrevistados 68,45% adquiriram seus lotes comprando de outros produtores, isto significa dizer que a maioria dos produtores acabam transitando de um lugar para outro à procura de satisfação compensatória. Apenas 26,32% dos produtores possuem terras que receberam do governo, 5,26% do Incra, 10,53% do Getat

⁴ Frei dominicano que combatia as injustiças sociais e defendia os pequenos trabalhadores rurais na década 1970 e foi preso junto com seu companheiro acusados pelo regime militar de serem subversivos.

e 10,53% do Iterpa. Nesse contexto, pode-se dizer que terras doadas pelo governo rapidamente são comercializadas em um curto espaço de tempo (Tabela 1).

Tabela 1. Forma de aquisição do lote entre os pequenos produtores entrevistados no Município de Santa Maria das Barreiras, mesorregião do Sudeste Paraense.

Forma de aquisição do lote	Números absolutos	Percentual
Ocupação	1	5,26
Incra	1	5,26
Iterpa	2	10,53
Getat	2	10,53
Compra	13	68,45
Total	19	100,00

Como pode ser analisado, são poucos os produtores que permanecem na terra quando esta é doada pelo governo. É possível que aqueles produtores que compram a terra sejam mais capitalizados e também tenham mais afinidade com a agricultura. Entre aqueles que vendem as terras, os motivos são vários, desde doenças da família, escolas para os filhos, até a falta de afinidade para trabalhar na lavoura, sendo este considerado um trabalho bastante penoso e não muito lucrativo e às vezes considerado até pejorativo.

É importante ressaltar a concepção que o próprio trabalhador rural tem de si mesmo. Muitas famílias são desagregadas em virtude da própria educação que eles receberam. Orgulham-se de dizer que o filho está estudando para não se tornar ignorante e ter a oportunidade que ele mesmo não teve, ou seja, de receber a instrução sistematizada. O filho na verdade é incentivado a estudar para arranjar um emprego na cidade. Quando o pai não consegue alcançar seus objetivos, costuma dizer que o filho não vai dar para o estudo. A roça é vista como sinônimo de castigo e utilizada como ameaça. Caso o filho não estude terá que retornar para a roça.

Mesmo entre tantas, dificuldades aqueles produtores que compraram a terra, seja ela por qualquer preço⁵, permanecem na terra por muitos anos. Entende-se que, quando a terra é doada pelo Estado, adquirida pelo sistema de grilagem ou ocupação planejada, a tendência é os trabalhadores repassarem para terceiros no mais curto espaço de tempo e por qualquer preço.

No Município de Santa Maria das Barreiras, entre os produtores entrevistados o que tem menos tempo está residindo na propriedade a mais de 4 anos e o que tem mais tempo 56 anos, chegando a uma

⁵ As terras ocupadas para fins de especulação normalmente são compradas por preço irrisório, bem abaixo do valor de mercado. Situação que está estabelecida desde as primeiras ocupações no Sudeste Paraense e se estendem até os dias atuais.

média de 28 anos de permanência na terra. Podem-se distinguir três fatores que contribuem para essa permanência: a compra da terra; o sistema de roça com pouso; o tamanho da terra. Entre os 68,45% que compraram suas terras, todos estão em suas unidades produtivas há mais de 10 anos. Percebe-se que os produtores que querem permanecer na terra usam todos os métodos para garantir a sustentabilidade da propriedade por muitos anos. Mesmo sendo uma área de campo e cerrado, os produtores fazem as roças para subsistência, garantindo e suprimindo boa parte das despesas familiares. A roça é a atividade agrícola mais importante desenvolvida pelos pequenos produtores de Santa Maria das Barreiras. Na Tabela 2, verifica-se que 68,42% das propriedades dos produtores entrevistados que possuem pequizeiros são inferiores a 100 ha.

Tabela 2. Tamanho das propriedades em hectares entre os produtores entrevistados no Município de Santa Maria das Barreiras, mesorregião do Sudeste Paraense.

Tamanho do lote (ha)	Número de produtores	Percentual
38,4	1	5,26
48,0	2	10,53
67,2	1	5,26
81,6	1	5,26
96,0	8	52,55
110,4	1	5,26
153,6	1	5,26
268,8	1	5,26
816,0	1	5,26
Total	1.680	19
		100,00

Em virtude de o processo de ocupação dessa área ter sido palco de inúmeros conflitos agrários, um fator intrigante é o fato de os produtores não serem associados nem ao Sindicato dos Trabalhadores nem à Associação dos Produtores. Aliás, a Associação Santa Rosa tem apenas 6 meses e só foi possível sua organização em virtude dos créditos do governo. Há, segundo a presidente do Sindicato dos Trabalhadores, uma enorme dificuldade de associar-se ao Sindicato dos Trabalhadores. Alguns só procuram o Sindicato dos Trabalhadores quando estão próximo de se aposentarem ou quando surge um conflito de terra. Na verdade, é preciso admitir que os produtores possuem um determinado senso crítico, embora não se possa chamar isso de politização, até porque muitos ainda acham que são os políticos que vão resolver a situação do campo. Mesmo diante de tantas lutas envolvendo a posse da terra, parecem acreditar mais na política partidária do que no poder da organização do Sindicato dos Trabalhadores ou da Associação de Produtores. Na Tabela 3, é possível visualizar o número de pequenos produtores que estão associados tanto na Associação Santa Rosa, quanto no Sindicato de Produtores, e pelo número de não associados pode-se verificar certo desinteresse. Aqueles que estão na Associação de Produtores objetivam receber os créditos do governo.

Tabela 3. Participação nas organizações dos pequenos produtores entrevistados no Município de Santa Maria das Barreiras, mesorregião do Sudeste Paraense.

Tipo de associação	Número de produtores	Percentual
Associação Santa Rosa	10	53,00
Sindicato	1	5,00
Não associados	8	42,00
Total	19	100,00

Por meio da Tabela 3, pode-se observar que os pequenos produtores da comunidade Nova Esperança que fazem parte da Associação Santa Rosa não são associados no Sindicato. Isso demonstra que quem força os pequenos produtores à organização é o Estado. Os produtores que não fazem parte da Associação dizem que não possuem pasto e não gostariam de implantar e, portanto, estão esperando outra linha de financiamento para se associarem. Porém, mesmo assim, frequentam as reuniões para ficarem a par das mudanças nas políticas públicas direcionadas ao campo que ocorrem frequentemente.

Pela forma como os produtores se referem ao sindicato, percebe-se que há pouca confiança nas lideranças locais. Na Tabela 3, isto pode ser visualizado, percebendo-se um Sindicato muito fraco, que não tem poder de mobilização. Nesse caso, os agricultores só se organizam pelas buscas de necessidades imediatas como no caso da Associação Santa Rosa. Como diz Homma (2001), a qualidade das lideranças nos Projetos de Assentamentos apresenta diferenças marcantes que refletem nas melhorias coletivas em bens públicos obtidos mediante constante pressão e peregrinação nos órgãos públicos.

Essa fragilidade do Sindicato e a falta de informação fazem com que o agricultor opte apenas pelo sistema de roça e pela criação de algumas cabeças de gado. Não há entre os pequenos produtores uma preocupação com lucro. A preocupação da maioria é com a sobrevivência da família e a sustentabilidade da propriedade. Na área pesquisada, pode-se constatar que mesmo estando em um ambiente rico em recursos naturais o agricultor não dá atenção para esse aspecto, direcionando todos os seus esforços na implantação da roça. Os recursos naturais são na verdade apenas utilizados como fonte de alimentação de forma esporádica.

O pequi e sua importância na economia doméstica

Características do pequi

O pequizeiro é uma árvore de médio porte e de copa exuberante, arredondada, com bastante galharia, de caule retorcido e folhas mais ou menos ovais de cor verde, típica do cerrado, ou seja, chapadas e

campos. O fruto do pequizeiro é arredondado de cor verde, chega a se confundir com as folhas. À distância não se percebe se a árvore tem ou não fruto, que é consumido tradicionalmente nos estados do Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e tem importância econômica e social, gerando emprego e renda para inúmeras famílias de agricultores que vivem nas áreas de cerrado. Faz parte do patrimônio local, tem valor nutritivo e medicinal. Entre a infinidade de frutos do cerrado, o pequi se destaca pelo seu valor nutritivo e cultural. O fruto apresenta dimensões de 6-14 cm de comprimento e de 6-10 cm de diâmetro, com peso de 100-300 g, apresentando de 1 a 4 sementes por fruto. Um pequizeiro excepcional pode produzir até 6 mil frutos, que vão amadurecendo e caindo paulatinamente (OLIVEIRA et al., 2003).

A safra do pequi

O pequizeiro tem uma safra de curta duração. Entre o período de floração e a colheita do fruto são aproximadamente 3 meses. Segundo as informações dos pequenos produtores entrevistados, a floração se inicia da segunda quinzena de julho à primeira quinzena de agosto. A flor do pequizeiro tem um odor agradável e desperta o apetite dos animais silvestres e o instinto predatório do homem. No período da floração, os produtores costumam esperar a caça – veado, paca e porco do mato – que costuma comer as flores à noite. A caçada torna-se um atrativo, pois além de contribuir na alimentação passa a ser um momento de diversão, uma espécie de relaxamento. O produtor sai à tardezinha, munido de uma espingarda velha, cartucho, uma boa lanterna e uma pequena rede. Arma a rede no pequizeiro e, logo que escurece, os animais silvestres começam a chegar para comer os frutos do pequizeiro e são abatidos. Para muitos caçadores é uma verdadeira aventura.

Após a floração, inicia-se o período de desenvolvimento do fruto, que vai até início de outubro, quando os primeiros frutos começam a cair. São 3 meses de colheita: outubro, novembro e dezembro. Novembro é o mês de maior produção. Nesse período, é comum o morador das cidades vizinhas buscar o pequi nos finais de semana, assim como os comerciantes de feira. Estes alugam caminhões e vão em busca do fruto durante a semana. Como os produtores não conhecem o valor econômico que o fruto poderia contribuir para a propriedade, agradecem aos comerciantes pelo recolhimento do fruto e até facilitam a colheita indicando o local de maior concentração. Para os comerciantes de feira, o produto torna-se mais rentável, posto que além do frete não se paga mais nada por ele. É como se não fosse produto de ninguém. Os produtores não têm noção da quantidade de pequi produzida por safra.

A maioria não observa se a produção está ou não aumentando. Para 57% dos produtores o pequi tem diminuído, para 43% tem aumentado.

Nesse caso percebe-se que os produtores não costumam observar essa atividade produtiva. Um dos fatores que tem contribuído para diminuição do pequi é o fogo, outros dizem que é a quantidade de chuva. De qualquer forma, pode-se observar que um dos fatores que contribuem para baixa produtividade é o excesso de calor, seja ele provocado pela estiagem ou pelo fogo.

Os pequenos produtores só coletam o pequi para consumo doméstico e, segundo os entrevistados, 94,74% colhem o pequi depois que ele está caído no chão e 5,26% não têm pequi em sua propriedade. O melhor horário para colheita do pequi é pela manhã antes do sol esquentar. Na Tabela 4 pode-se analisar que o horário de colheita do pequi está relacionado com o tipo de armazenamento. Observou-se também que 5,26% dos produtores colhem o fruto 4 dias por semana, 15,78% uma vez, 30,60% duas vezes, 36,76% todos os dias e 10,53% não colhem. A colheita é realizada apenas para consumo, seja para complementação alimentar, ou para fazer sabão e retirar o óleo que será utilizado no uso medicinal das comunidades locais. Entre os produtores entrevistados, apenas 10,53% vendem os produtos para seus pares.

Tabela 4. Identificação do horário de colheita do pequi seja para consumo ou para comercialização entre os pequenos produtores entrevistados no Município de Santa Maria das Barreiras, mesorregião do Sudeste Paraense.

Horário da colheita	Número de produtores	Percentual
Manhã	10	52,70
Manhã e tarde	5	26,30
Tarde	2	10,50
Não colhe	2	10,50
Soma	19	100,00

A duração do fruto depois de colhido maduro depende do processo de armazenamento. Para prolongar a durabilidade do fruto, é necessário que este seja colocado com casca em lugar arejado e frio. Quando armazenado em lugar fresco, este pode durar até 8 dias. Normalmente são colocados sobre sacos de fibras de juta, em lugares umedecidos, bem espalhados, evitando que um fique sobre o outro, a fim de se adquirir maior durabilidade. Outra forma de armazenamento é colocar no freezer empacotado em sacos plásticos depois de descascado. Esse processo pode durar até 1 ano, embora os produtores e consumidores afirmem que sendo armazenado dessa forma o fruto perde o cheiro e o sabor. Outros ainda propõem que seja guardado em conserva, mas apenas 10,53% dos entrevistados dominam essa técnica. Além disso, a técnica é um segredo cercado de “mistérios” que não podem ser “revelados”.

No que diz respeito à quantidade produzida, dois fatores podem interferir nesses aspectos: um deles é as queimadas e o outro é a própria natureza por meio das chuvas. As queimadas podem determinar a

safrão do pequi e a chuva, segundo os produtores, deve ser na medida certa. Se chover muito durante o período da floração as flores caem antes de vingar o fruto e se chover pouco o pequizeiro não flora. Quando os produtores resolvem queimar os campos para renovação das pastagens a quantidade de frutos diminui bastante, posto que os frutos que pegam calor não vingam. Percebe-se nesse aspecto que a relação homem natureza ainda é bastante conflituosa, tornando-se necessário um despertar da consciência ecológica, como diz Pena-Vega (2003), quanto à necessidade de modificar a relação ecológica entre um ser vivo e seu meio. No caso desses agricultores, na tentativa de melhorar as pastagens outro ser vivo é destruído e um ecossistema é desequilibrado. Como o pequizeiro ainda não é visto como fonte de renda para os pequenos produtores de Santa Maria das Barreiras, não existe também uma preocupação na sua preservação. Nota-se a praticidade de o produtor preferir ganhar no presente ao invés de ganhar no futuro (FEITOSA, 2003).

Todos os entrevistados apreciam e destacam o valor do fruto na arte culinária e na medicina natural, porém ainda não despertaram para seu valor econômico e provavelmente, se não houver intervenção nesse sentido, o pequizeiro poderá ser mais uma espécie de árvore em extinção na Amazônia, posto que as grandes fazendas de abacaxi e a entrada da soja se tornam uma forte ameaça de extinção do pequizeiro. Como a tendência do homem é preservar apenas aquilo que proporciona resultados imediatos, o pequizeiro no Sudeste Paraense está condenado à extinção, posto que, enquanto o mercado apresenta características competitivas, a dimensão ecológica exige cooperação (HOMMA et al., 1998). Para preservação de uma espécie, além de manejo adequado, torna-se necessária a consciência ecológica e o valor econômico.

A importância da renda do pequi para os agricultores

Embora bastante utilizado como fonte de renda entre agricultores familiares dos estados da Bahia, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Distrito Federal, no Estado do Pará, que tem uma produção significativa, os agricultores familiares de Santa Maria das Barreiras ainda não despertaram seus interesses para coleta do pequi para fins comerciais. Mesmo tendo uma produção significativa, estes utilizam os frutos apenas no consumo doméstico. Entre os agricultores entrevistados, cerca de 89% possuem pequizeiros em suas propriedades. Dos 1.680 ha pesquisados, 943 ha das propriedades têm pequizeiros, o que corresponde a 55,60% da área. A maioria deles, cerca de 55%, doa o pequi para comerciantes das cidades circunvizinhas, como Conceição do Araguaia, Redenção e Araguaína, no Estado do Tocantins, para onde são transportados nos bagageiros de ônibus. Cerca de 21% dos produtores utilizam o pequi no consumo

doméstico, 10,53% não o consomem e 10,53% vendem parte do que colhem, outra parte é consumida na propriedade. Muitos agricultores, desconsiderando o valor comercial do fruto, dizem que agradecem os coletores da cidade, posto que estes fazem o favor de limpar a terra, uma vez que o processo de decomposição do fruto apresenta um odor desagradável.

Ao contrário de outros estados em que o pequi é considerado importante fonte de renda, chegando a ter concorrência entre os coletores, no Sudeste Paraense o fruto é praticamente considerado sem valor, exceto por aqueles que usam artesanalmente e como uma atividade aleatória (OLIVEIRA et al., 2003). Mesmo assim, os poucos que se utilizam dessa fonte de renda demonstram que ela pode ser lucrativa e contribui no orçamento doméstico. Cerca de 27,65% admitem que no período da colheita do pequi sua renda aumenta, mesmo que para a maioria seja considerada uma renda invisível (MENEZES, 2002). Os 10,53% dos produtores entrevistados que o utilizam como fonte de renda afirmam ser uma atividade lucrativa, como pode ser conferido nos dados posteriormente.

A colheita do pequi é feita manualmente e varia o tempo de trabalho de um produtor para outro. A média de colheita entre os produtores é de um saco por hora, que corresponde a 4 latas de 18 L. Um litro pega em média entre 18 a 22 frutos de pequi descascado, dependendo do tamanho do fruto. Porém essa quantidade depende do número de pequizeiros e da distância existente entre eles. Os produtores que utilizam a venda do produto in natura nas feiras livres têm suas vantagens econômicas. Analisando o produtor que vende duas vezes por semana, pode-se concluir que o risco de perda é zero. Os frutos colhidos nas segundas-feiras e nas terças-feiras são vendidos fresquinhos nas feiras de quartas-feiras e os que são colhidos nas quintas-feiras e sextas-feiras são vendidos nos domingos.

O produtor que colhe em média 8 sacas em 6 horas, fazendo a colheita em 4 dias por semana, chega a colher 32 sacas, o que corresponde a 128 latas e um total de 352 L de pequi descascado. Se o produto for vendido a R\$ 2,00 o litro, esse produtor chega a um faturamento de R\$ 704,00 bruto por semana. Descontado o preço do frete de R\$ 2,00 por saca mais a passagem de R\$ 20,00 e alimentação de R\$ 10,00, as despesas ficam em torno de R\$ 94,00, o que proporciona uma renda líquida de R\$ 610,00 por semana. Considerando um mês de 4 semanas, a renda líquida ficará em torno de R\$ 2.440,00 por mês.

Analisando a venda do fruto com casca, chegou-se aos seguintes resultados. A saca com casca fica em torno de R\$ 10,00. Mesmo se o produtor decidir vender para o atravessador, colhendo 8 sacas por dia chegaria a um ganho real de R\$ 80,00 por dia. Trabalhando 6 horas por dia e 5 dias por semana ganhará R\$ 400,00, chegando a um faturamento mensal de R\$ 1.600,00. É claro que esse rendimento não pode ser estendido a todos os produtores. Uns podem ganhar mais outros menos. Para aqueles que trazem poucas sacas, normalmente os carros não cobram o frete. E, como foi dito anteriormente, apenas dois produtores fazem do pequi uma atividade considerada lucrativa, os demais não dão importância. Para fazer esses cálculos, foi necessário ficar horas na feira livre, observando e analisando o processo de comercialização, conversando com o produtor-vendedor para chegar a esses resultados.

Outro aspecto a ser considerado é o preço. No início da colheita, o litro de fruto descascado custa R\$ 1,50, visto que o fruto ainda não está muito saboroso para o consumo e, no final da colheita, chega a R\$ 2,50/litro em virtude da escassez do produto. Muitos goianos e mineiros que moram na cidade de Redenção chegam a armazenar o produto em freezer para ser consumido durante o ano até chegar a próxima safra.

Mesmo o pequi não sendo considerado como fonte de renda pela maioria dos produtores, verifica-se sua importância na renda e no consumo doméstico, bem como na alimentação e produtos de higiene e limpeza. Quase todos os produtores dizem utilizar o sabão feito do pequi durante o ano, isso significa dizer que numa família de quatro pessoas, considerando o gasto de uma caixa de sabão em pó Omo por semana, isso resultaria numa economia de R\$ 177,00 por ano. Outra utilidade do pequi vem de seus derivados: o óleo é bastante utilizado pelos camponeses como antigripal e também para tirar mancha da pele. Portanto, percebe-se que falta pesquisa e incentivo aos produtores para otimização do fruto.

O levantamento realizado com os produtores que utilizam o fruto para fins comerciais demonstra a importância que este tem no orçamento da família. Uma produtora chegou a produzir na safra de 2004: 2 garrafas de azeite⁶, 12 caixas de conservas com 12 vidros cada, 7 L de óleo, 3 caixas de farinha contendo 13 pacotes de 800 g cada, 1 L de creme para conserva de pimenta. Ainda segundo a produtora, ela não vende o fruto porque gosta de trabalhar com os produtos derivados, é como se fosse uma arte. Na Tabela 5, pode-se observar a relação dos produtos e o preço comercializado.

⁶ O azeite do pequi não deve ser confundido com o óleo. O óleo é retirado da polpa e o azeite da castanha. É muito trabalhoso retirar o azeite, posto que o fruto possui uma camada de espinhos muito densa e bastante minúscula. Quando esses espinhos penetram na pele causam muitas dores e quando não se consegue retirar pode virar uma espécie de cravo.

Tabela 5. Relação dos produtos derivados do pequi produzidos artesanalmente pelos pequenos produtores entrevistados no Município de Santa Maria das Barreiras, mesorregião do Sudeste Paraense.

Produto	Quantidade	Unidade medida	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)
Azeite	2 garrafas	250 ml	8,00	16,00
Óleo	7 litros	1.000 ml	25,00	175,00
Conserva	144 vidros	800 g	8,00	1.152,00
Farinha	39 pacotes	800 g	6,00	234,00
Creme para conserva de pimenta	16 garrafas	250 ml	8,00	128,00
Soma	-		55,00	1.705,00

Na Tabela 5 pode-se observar que o rendimento é bastante significativo, além de ser uma atividade que apresenta baixo custo de produção. Os produtos que exigem investimento na produção são apenas as conservas, mesmo assim os produtos utilizados são baratos, como vidro, sal, vinagre e água. Os produtores não revelam a quantidade de produtos utilizados para produção, mas dizem que em cada vidro de conserva o lucro líquido fica em torno de R\$ 5,30. Os demais vidros e garrafas são recolhidos na vizinhança e os saquinhos para farinha são fornecidos pelos supermercados que fazem a encomenda, sem nenhum custo para o produtor.

Nesse aspecto, é possível considerar que os frutos do cerrado podem se tornar uma fonte significativa de renda para todos os pequenos produtores da região do cerrado no Sudeste Paraense, melhorando a qualidade de vida dessas famílias.

Considerações finais

No Sudeste Paraense, assim como em outras áreas da Amazônia, há uma infinidade de produtos da floresta e do cerrado que poderiam ser otimizados como fonte permanente de renda para a economia doméstica dos pequenos produtores. Entretanto, a fragilidade das organizações sindicais e associações nos Projetos de Assentamentos, bem como as Cooperativas que se habilitam a assessorar as associações, demonstram não ter conhecimento da importância econômica desses produtos. Essas organizações ficam à mercê do direcionamento das políticas públicas, sendo estas padronizadas. Os projetos para agricultura se resumem nas atividades agrícolas e/ou agropecuária, que podem ser financiadas pelos bancos. Não há entre os pequenos produtores do Sudeste Paraense um despertar para a utilização dos frutos do cerrado, que nesse caso não se restringe apenas ao pequi, como foi dito no início deste trabalho. O buriti, o murici, a bacaba, o cajú, o ingá, o cajá (taperebá), entre outros frutos, fazem parte desse cenário.

Além da falta de conhecimento técnico e da importância comercial dos produtos do cerrado para economia doméstica, outros fatores contribuem para esse descaso, tais como: energia elétrica, conservação das estradas e capacidade de armazenamento. Como os produtores apresentam dificuldade em informar a quantidade produzida e comercializada, assim como a quantidade desperdiçada, fica difícil calcular as perdas. Com esse estudo, pode-se chegar à conclusão de que as perdas são bastante significativas, porém não se sabe quanto. Imagina-se que entre os 10 produtores que possuem pequizeiros há possibilidade de ter um lucro líquido de R\$ 2.440,00 por mês/safra. Durante os 3 meses de safra, esse produtor acumularia R\$ 7.320,00, que multiplicando por 10 produtores ter-se-á a cifra de R\$ 73.200,00 circulando no mercado local.

Diante das dificuldades de mensuração e quantificação dos ganhos e perdas, seria necessária uma pesquisa mais profunda sobre o assunto. A partir dos resultados obtidos, os pequenos produtores poderiam ser motivados à organização na busca de infraestrutura para as áreas de assentamentos e organização de cooperativas para otimização dos frutos do cerrado como fonte permanente de renda, considerando ainda que o período de safra do pequi é normalmente aquele em que os produtores estão desocupados das obrigações da roça, melhorando a qualidade vida e injetando mais recursos na economia local, inclusive gerando empregos no campo e na cidade, a exemplo de outros estados (OLIVEIRA et al., 2003).